



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SRS. ACIONISTAS

A administração da SIDERÚRGICA J. L. ALIPERTI SA., em reunião realizada em 26/03/2021, nos termos da legislação vigente, submete à apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial Consolidado e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A administração da Siderúrgica J. L. Aliperti S/A espera recuperar os prejuízos operacionais auferidos nos últimos exercícios com lucros futuros, a serem gerados pelas demais empresas do grupo, principalmente no setor de agronegócios, representada pela controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. Pelo Plano de negócios da administração, a Siderúrgica deve continuar figurando como uma “holding”, obtendo recursos financeiros através de dividendos, por contas das participações nas empresas controladas.

A Administração está atenta às modificações que vem ocorrendo desde o ano findo de forma global na economia, com o objetivo de preservar os interesses da Companhia, dos seus Acionistas e de seus Funcionários e registra neste ensejo, o reconhecimento aos nossos funcionários, pela dedicação com que desempenharam as suas tarefas, sem os quais não teríamos conseguido alcançar os nossos objetivos.

De conformidade com a Instrução CVM nº 381/2003, a Administração esclarece que a Sax Auditores Independentes, não presta outros serviços que não sejam de Auditoria Externa, conforme Parágrafo 2º Inciso II, Artigo 2º.

De acordo com o artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e aprovou as demonstrações contábeis ora apresentadas, bem como concorda com a opinião dos Auditores Independentes expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Siderúrgica J.L.Aliperti S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Siderúrgica J.L.Aliperti S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Siderúrgica J.L.Aliperti S.A.

As informações contábeis individuais e consolidadas da Siderúrgica J.L.Aliperti S.A. foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de seus negócios. No entanto, chamamos a atenção à nota explicativa nº 1, que indica que Companhia, ainda apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante, no montante de R\$ 29.202 mil, mesmo com a alienação de uma propriedade rural de uma das suas Controladas. Esta situação indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade das atividades operacionais da Siderúrgica J. L. Aliperti S.A., que continua na dependência de aporte de recursos por parte de suas Controladas. A administração da Companhia reconhece a situação e vem implementando medidas para reverter esse cenário. Assim, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes dessa incerteza. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfases

Outros Créditos no Ativo Não Circulante

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia possui os seguintes créditos consignados no grupo do Ativo Não Circulante: (i) Créditos Fiscais, no montante de 9.175 mil, cuja realização dos mesmos depende de homologação dos pedidos de restituições, via judicial, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; (ii) Valores a Receber junto ao Banco Santander (antigo Banco Sudameris), no montante de 6.000 mil, que se encontra em fase pericial para apuração do montante atualizado, haja visto que há sentença judicial transitado em julgado favorável; (iii) Títulos Públicos, no montante de R\$ 974 mil e Antecipação Fiscais, no montante de R\$ 1.283 mil. A administração da Companhia, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, considera que tais valores são líquidos, certos e conservadores, quanto às ações judiciais em curso e como também com relação à expectativa de recebimento e/ou utilização desses créditos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Demais obrigações junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

Conforme mencionado na nota explicativa nº 18, o saldo de R\$ 42.365 mil, relativo à obrigação registrada na rubrica de Financiamento no Passivo Não Circulante, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social continua "sub judice", em razão da discordância de valores entre as partes. Os Assessores Jurídicos da Companhia informam que foi determinada nova perícia judicial e declaram que o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à liquidação desta obrigação, e que a possibilidade de liquidar esta obrigação em montantes superiores ao registro contábil é remota, considerando ainda que a Instituição Financeira tem como garantia propriedade rurais da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos atenção à nota explicativa nº 4 (e), que às demonstrações contábeis apresentam retificações de erros, referente aos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, sendo que os mesmos foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 – Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Siderúrgica J.L.Aliperti S.A.", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- **Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis**

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 7 (o) – Provisões e 20 Provisões para Contingências

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível originados no curso normal de seus negócios. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido a esse fato, e à complexidade e às incertezas relacionadas aos aspectos legais envolvidos em temas fiscais, cíveis e trabalhistas.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes. Obtivemos a lista de consultores legais internos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos, e nas posições fiscais tomadas pela Companhia, e analisamos a documentação e as respostas às cartas de confirmação. Para os valores mais significativos e/ou críticos, avaliamos a documentação que suporta as opiniões legais emitidas e os aspectos legais da legislação brasileira, para entendimento do mérito e argumentação que orientou a Companhia sobre a classificação das perdas e a mensuração dos valores. Os nossos procedimentos também englobaram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis descritas na nota explicativa nº 20.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e passivos e ativos contingentes registrados e divulgados são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- **Mensuração do valor justo do Ativo Biológico**

Detalhes sobre a política contábil estão descritos nas notas 7 (g) e 11 – Ativo Biológico

A Companhia mensura o valor justo do seu ativo biológico, proveniente das lavouras de cana-de-açúcar por meio de um modelo de fluxo de caixa, que leva em consideração diversas premissas e julgamento da Administração, tais como preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto e o volume de produção.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido ao fato que variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, o que pode impactar, de forma relevante, os valores desses ativos e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo.

Resposta da Auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de mensuração e contabilização do ativo biológico, considerando as informações e os controles instituídos pela Administração, (ii) avaliação de razoabilidade das significativas adotadas pela Administração na mensuração do valor justo dos ativos biológicos.

Adicionalmente, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que foram utilizados na constituição dos tributos diferidos ativos e comparamos o resultado esperado do lucro tributável com o limite do valor a ser registrado e as divulgações efetuadas nas notas explicativas. Os nossos procedimentos também englobaram a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis descritas na nota explicativa nº 11.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 23 de março de 2020, sem ressalva e com mesmo parágrafo de incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Siderúrgica J.L.Aliperti S.A., e com ênfases sobre a inexistência de impactos relacionados a pandemia do COVID-19 e sobre mesmos assuntos relacionados a: (i) Créditos Fiscais e (ii) Empréstimos e financiamentos junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis, do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.



SAX AUDITORES INDEPENDENTES
Rua Cel. Abílio Soares 261 - Sala 73
CEP 09020-260 - Santo André/ SP
www.saxauditores.com.br
Tel. 11 2896 2755

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Santo André, 30 de março de 2021.

SAX AUDITORES INDEPENDENTES S.S.
CRC 2SP 024845/O-2

Alexandre Ralf Slavic
Contador CRC 1SP207032/O-5



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em mil reais)

A T I V O

		Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado	
<i>Circulante</i>	<i>Nota</i>	<i>2020</i>	<i>2019</i>	<i>2020</i>	<i>2019</i>
<i>Caixa e Equivalente de Caixa</i>	8	6	7	46.982	22.172
<i>Contas a Receber</i>	9	746	161	18.971	1.029
<i>Adiantamentos a Fornecedores</i>		147	7.255	2.559	7.686
<i>Estoques</i>	10	-	-	5.555	12.462
<i>Ativo Biológico</i>	11	-	-	61.201	57.025
<i>Partes Relacionadas</i>	12	4.881	6.264	7.454	9.219
<i>Outros Créditos</i>	13	426	410	2.505	12.732
<i>Despesas do Exercício Seguinte</i>		-	-	59	30
<i>Total do Circulante</i>		6.206	14.097	145.286	122.355
<i>Não Circulante</i>					
<i>Contas a Receber</i>	9	-	-	32.386	-
<i>Adiantamentos a Fornecedores</i>		6.655	-	6.655	-
<i>Partes Relacionadas</i>	12	7.820	4.038	2.591	-
<i>Outros Créditos</i>	13	25.197	25.243	27.460	26.702
<i>Investimentos</i>	14	254.220	192.198	1.971	2.792
<i>Imobilizado</i>	15	68.735	69.476	267.462	281.157
<i>Intangível</i>		-	-	46	46
<i>Total do Não Circulante</i>		362.627	290.955	338.571	310.697
<i>Total do Ativo</i>		368.833	305.052	483.857	433.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em mil reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		Reapresentado		Reapresentado	
		2020	2019	2020	2019
<i>Fornecedores</i>		386	1.559	537	1.931
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>		-	-	-	4.839
<i>Obrigações Sociais e Trabalhistas</i>		437	605	708	939
<i>Obrigações Fiscais</i>	16	23.838	18.325	29.555	24.058
<i>Adiantamentos de Clientes</i>	17	-	-	15.535	15.654
<i>Dividendos a Pagar</i>	21	9.815	625	9.815	625
<i>Partes Relacionadas</i>	12	-	-	916	859
<i>Outras Obrigações</i>		1.022	429	1.211	1.475
Total do Circulante		35.498	21.543	58.277	50.380
Não Circulante					
<i>Demais Obrigações junto as Instituições Financeiras</i>	18	43.073	43.073	43.073	43.073
<i>Obrigações Fiscais</i>	16	-	-	7.044	7.592
<i>Tributos Diferidos</i>	19	17.552	17.705	98.350	100.862
<i>Provisões para Contingências</i>	20	2.185	2.185	2.185	2.185
<i>Provisões para Perdas Investimentos</i>	14	8.153	7.686	-	-
<i>Outras Obrigações</i>		849	-	13.565	16.240
Total do Não Circulante		71.812	70.649	164.217	169.952
Patrimônio Líquido	21				
<i>Capital Social</i>		48.964	48.964	48.964	48.964
<i>Ações em Tesouraria (-)</i>		-538	(538)	(538)	-538
<i>Reserva de Reavaliação</i>		8.825	8.984	8.825	8.984
<i>Reservas de Lucros</i>		62.688	33.184	62.688	33.184
<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial</i>		141.584	149.284	141.584	149.284
<i>Prejuízos Acumulados</i>		-	(27.018)	-	(27.018)
<i>Participação dos Não Controladores</i>		-	-	(160)	(140)
Total do Patrimônio Líquido e Participação de Não Controladores		261.523	212.860	261.363	212.720
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		368.833	305.052	483.857	433.052

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em mil reais)

		Controladora		Consolidado	
		<i>Reapresentando</i>		<i>Reapresentando</i>	
	<i>Nota</i>	2020	2019	2020	2019
Receita Operacional Líquida	22	-	-	17.825	44.533
<i>Custo dos Produtos e Serviços Vendidos</i>		-	-	(6.720)	(27.387)
Resultado Bruto		-	-	11.105	17.146
<i>Despesas com Vendas</i>		-	-	(870)	(1.181)
<i>Despesas Gerais e Administrativas</i>	23	(8.905)	(12.624)	(32.524)	(30.671)
<i>Depreciação e Amortização</i>		(753)	(767)	(1.846)	(1.455)
<i>Resultado de Equivalência Patrimonial</i>	14	79.255	(4.567)	-	-
<i>Despesas Tributárias</i>		(5.650)	(6.328)	(5.696)	(6.859)
<i>Outras Receitas Operacionais</i>	25	1.618	3.652	101.760	10.727
<i>Outras Despesas Operacionais</i>	25	-	(2.190)	(1.429)	(8.033)
		65.565	(22.824)	59.395	(37.472)
Resultado Operacional		65.565	(22.824)	70.500	(20.326)
<i>Despesas Financeiras</i>	24	(183)	(52)	(4.752)	(2.630)
<i>Receitas Financeiras</i>	24	19	1	6.303	2.871
		(164)	(51)	1.551	241
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		65.401	(22.875)	72.051	(20.085)
<i>Provisão para Contribuição Social</i>	26	-	-	(1.811)	(863)
<i>Provisão para Imposto de Renda</i>	26	-	-	(4.819)	(1.898)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		65.401	(22.875)	65.421	(22.846)
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuído a:					
. Sócios controladores		65.401	(22.875)	65.401	(22.875)
. Sócios não controladores				20	29
Lucro (Prejuízo) - por Ação - R\$		3.517, 13	-990, 86	3.518, 20	-989, 3
Valor Patrimonial – por Ação no fim do Período - R\$		14.064, 16	12.729, 08	14.055, 55	12.721, 54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em R\$ Mil)

	Controladora		Controladora	
		Reapresentando		Reapresentando
	2020	2019	2020	2019
Lucro Líquido	65.401	(22.875)	65.421	(22.846)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Período	65.401	(22.875)	65.421	(22.846)
Atribuído aos sócios controladores	-	-	65.401	(22.875)
Atribuído aos sócios não controladores	-	-	20	29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em R\$ Mil)

	CAPITAL SOCIAL	AÇÕES EM TESOURARIA	RESERVAS DE LUCROS			RESERVAS REAVALIAÇÃO		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL PRÓPRIA	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL CONTROLADAS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIB. AOS ACIONISTAS CONTROLADORES	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES NO PAT. LÍQUIDO	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			RESERVA LEGAL	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	RESERVA RETENÇÃO LUCROS	PRÓPRIA	CONTROLADAS						
Em 01 de Janeiro de 2019	48.964	(538)			-	4.478	4.711	29.874	153.569	(8.904)	232.154	(111)	232.043
Realização de Reservas						(311)				311	-		-
Imposto Renda e Contrib. Social Diferidos						106					106		-
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício						-				(18.425)	(18.425)	-29	(18.454)
Valor Justo do Ativo Biológico									22.862		22.862		22.862
Em 31 de Dezembro de 2019	48.964	(538)	-		-	4.273	4.711	29.874	176.431	(27.018)	236.697	(140)	236.451
Ajustes de Exercícios anteriores - nota XX				33.184					(57.021)		(23.837)		(23.837)
Sados de abertura ajustado em 1º de janeiro de 2020	48.964	(538)	-	33.184	-	4.273	4.711	29.874	119.410	(27.018)	212.860	(140)	212.720
Realização de Reserva de Reavaliação						(311)				311	-		152
Imposto Renda e Contrib. Social Diferidos						152					152		(7.700)
Realização de custo atribuído ao imobilizado de controlada e coligada									(7.700)		(7.700)		65.381
Lucro Líquido do Exercício					-					65.401	65.401	-20	-
Constituição de Reservas			1.934		27.570					(29.504)	-		(9.190)
Dividendos Propostos					-					(9.190)	(9.190)		
Em 31 de Dezembro de 2020	48.964	(538)	1.934	33.184	27.570	4.114	4.711	29.874	111.710	-	261.523	(160)	261.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em R\$ Mil)

	Controladora		Consolidado	
	<i>Reapresentado</i>		<i>Reapresentado</i>	
	2.020	2.019	2.020	2.019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício:	65.401	(22.875)	65.421	(22.846)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido oriundo das (aplicado atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.420	-
Depreciações / Amortização	753	767	2.315	4.532
Resultado das baixas do imobilizado/investimentos	-	-	3.860	1.356
Ajustes de Ativo Biológico	-	-	(4.176)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(79.255)	4.567	-	-
Juros sobre empréstimos	-	-	177	-
Variações nos ativos e passivos operacionais				
(Aumento) redução do contas a receber	(586)	-	(49.761)	(1.016)
(Aumento) redução dos estoques	-	-	6.908	25.008
(Aumento) redução de adiantamentos a terceiros	453	(174)	(1.073)	(268)
(Aumento) redução de outros créditos	30	10.200	352	864
(Aumento) redução de cauções e depósitos	-	-	-	-
(Aumento) redução de despesas antecipadas	-	-	(28)	(10)
Aumento (redução) de fornecedores	(1.173)	222	(1.397)	(380)
Aumento (redução) de obrigações sociais e trabalhistas	(168)	(352)	(231)	(916)
Aumento (redução) de obrigações fiscais	5.513	5.484	4.950	5.344
Aumento (redução) de outras obrigações	1.442	2.161	5.202	8.223
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.590)	0	33.939	19.891
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado/investimentos	(12)	-	(2.496)	(789)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(12)	-	(2.496)	(789)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento do Capital Social	-	-	-	5
Empréstimos e Financiamentos	-	-	(5.369)	(5.795)
Partes Relacionadas	(2.399)	-	(1.342)	-
Dividendos Pagos	-	-	-	-
Dividendos Recebidos	10.000	-	78	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.601	-	(6.633)	(5.790)
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(1)	0	24.810	13.312
Saldo das disponibilidades				
No início do exercício	7	7	22.172	8.860
No fim do exercício	6	7	46.982	22.172
AUMENTO (REDUÇÃO) DAS DISPONIBILIDADES	(1)	(0)	24.810	13.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(em mil reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	<u>Reapresentando</u>		<u>Reapresentando</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
RECEITAS	121	2.562	112.384	49.775
Receitas de vendas e serviços prestados	-	-	18.818	46.599
Outras receitas operacionais	121	2.562	93.566	3.176
Reversão de provisões			-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	3.062	6.823	33.672	52.803
Custos de produtos e serviços vendidos	-	-	6.720	25.532
Energia, serviços de terceiros e outras despesas Operacionais	3.062	6.823	26.952	27.271
VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.941)	(4.261)	78.712	(3.028)
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	753	767	2.315	4.532
VLR ADICIONADO LÍQ PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(3.694)	(5.028)	76.397	(7.560)
VLR ADICIONADO REC.EM TRANSFERÊNCIA	80.932	(3.341)	14.658	10.563
Receitas Financeiras	19	1	6.303	2.871
Aluguéis	1.658	1.225	8.355	7.692
Equivalência Patrimonial	79.255	(4.567)	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	77.238	(8.369)	91.055	3.003
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	77.238	(8.369)	91.055	3.003
Pessoal	5.314	7.115	6.722	10.340
Remuneração direta	1.757	2.998	2.520	5.060
Benefícios	3.170	3.120	3.628	3.570
FGTS	387	997	574	1.710
Impostos, Taxas e Contribuições	6.337	6.657	14.563	12.276
Federais	691	1.011	8.584	6.213
Estaduais	-	-	285	411
Municipais	5.646	5.646	5.694	5.652
Remuneração de capitais de terceiros	186	734	4.369	3.233
Juros	27	49	165	313
Aluguéis	-	-	40	32
Despesas financeiras	159	685	4.164	2.888
Remuneração de capitais próprios	65.401	(22.875)	65.401	(22.846)
Dividendos	9.190		9.190	
Participação dos Administradores				
Lucro/Prejuízos retidos	56.211	(22.875)	56.231	(22.817)
Participação dos não controladores	-	-	(20)	(29)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em reais mil)**

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Siderúrgica J. L. Aliperti S/A. (“Companhia”), está com suas operações de siderurgia paralisadas. A controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. atua no segmento do agronegócio tendo como atividades o plantio, cultivo, colheita e comercialização de diversas culturas, arrendamento de propriedades rurais à terceiros, para produção de eucalipto e de cana de açúcar, e agropecuária bovina. A controlada RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. atua no segmento de incorporação e planejamento de imóveis destinados à comercialização e a controlada Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda., encontra-se inativa, em relação as suas operações.

Incerteza referente à continuidade operacional

Com a venda da propriedade rural denominada “Fazenda Lageado”, por sua controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda., em 15 de julho de 2020 pelo montante de R\$ 90.000 mil, conforme descrito na nota explicativa no. 9 a), o resultado consolidado do período findo em 31 de dezembro de 2020 foi positivo no montante de R\$ 65.421 mil, refletindo também na reversão do prejuízo acumulado até então consignado e na formação do lucro acumulado de R\$ 38.403 mil. Além disso, em 31 de dezembro de 2020, de forma consolidada, a Companhia apresentou um ativo circulante maior que o passivo circulante no montante de R\$ 87.009 mil, porém nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia ainda apresenta um passivo circulante em excesso ao ativo circulante, no montante de R\$ 29.292 mil

Dessa forma, a administração da Companhia compreende que essa modificação dos índices financeiros consolidados está atrelada a alienação do imóvel e não ainda ao crescimento/aprimoramento de suas atividades operacionais, e portanto continua empenhada na implementação de medidas que visam o maior controle de suas despesas gerais e administrativas, bem como está analisando vários projetos capazes de retomar o crescimento das suas atividades operacionais, como os negócios nas áreas de logística, locação e exploração de armazéns. A administração incentiva suas controladas e subsidiárias, Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda., Eldorado Box Locação de Espaço Ltda., RMCA Incorporação e Planejamento Ltda. e S/A Agro Industrial Eldorado, não só na continuidade de seus negócios, mas também na prospecção de novas atividades.

NOTA 2 – COVID-19

O ano de 2020 foi marcado pelo surgimento do novo corona vírus, causador da doença respiratória aguda denominada COVID-19, cuja origem foi na cidade de Wuhan, na China ainda em 2019 e em março de 2020 foi elevada a status de pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

Em meados de março de 2020, e com objetivo de conter a transmissão da doença, houve a necessidade do isolamento social, restrição dos negócios em nível local e internacional e a paralização temporária das atividades não essenciais.

Apesar da controladora estar com suas atividades de siderurgia paralisadas, recebendo recursos financeiros de suas controladas, as quais também não tiveram exposição direta aos efeitos da



pandemia, por possuírem atividades com o Agronegócio, portanto, não correlacionadas à indústria, varejo e revenda de mercadorias, as quais estão significativamente suscetíveis à crise da pandemia, a administração da Companhia atendeu todas as determinações destas restrições, mantendo apenas o essencial e seguindo rigidamente as normas de diretrizes e segurança orientadas pela OMS contra o contágio e disseminação da Covid-19 e aderiu as medidas editadas pelo Governo Federal – MP927, tais como a aplicação da redução de jornada de trabalho.

A Administração avaliou até a data de emissão deste relatório, que as ações tomadas até o momento permitiram concluir que não existem perdas relevantes a serem registradas nas demonstrações contábeis.

NOTA 3 - RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS E CONSOLIDADAS

A Companhia não adquiriu empresa ou negócio no período findo em 31 de dezembro de 2020.

As informações consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, conforme nota explicativa 6.

NOTA 4 – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de Preparação e Apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), em vigor em 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. Em resumo, sugere uma divulgação à luz da relevância da informação, considerando características qualitativas, quantitativas e os riscos para a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais (“R\$”), bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em Reais estão informados quando aplicáveis.

Não há em 31 de dezembro de 2020 ativos não circulantes mantidos para venda ou operações descontinuadas.

A administração da companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 26 de março de 2021.



b) Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações contábeis das controladas.

c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício contábil, e julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas, que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão incluídas nas notas explicativas.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros que estão registrados pelo seu valor justo, conforme descritos nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos

e) Reapresentação dos valores correspondentes

A administração da Companhia está reapresentando as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 dezembro de 2019, em função da correção dos seguintes ajustes de erros de competência de exercícios anteriores discriminados a seguir, que foram registrados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Consolidado

- Baixa do saldo contábil do estoque da controlada S/A Agro Industrial Eldorado no montante de R\$ 4.450 mil, em virtude da avaliação da recuperabilidade (impairment) por parte da administração (Original R\$ 16.912 mil e Reapresentado R\$ 12.462 mil na conta de Estoques - Ativo);*
- Reclassificação do Ativo Biológico da controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda., registrado no Grupo do Ativo Permanente para o Ativo Circulante, no montante de R\$ 57.021 mil (Original R\$ 0, 00 e Reapresentando R\$ 57.025 mil na conta de Ativo Biológico - Ativo);*



- *Reclassificação do Valor Justo do Ativo Biológico da controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda., registrado na conta de Ajuste Valor Patrimonial para a conta de Reserva de Lucros, no montante de R\$ 57.021 mil (Original R\$ 206.305 mil e Reapresentando R\$ 149.284 – Patrimônio Líquido);*
- *Apuração dos tributos diferidos sobre o valor justo do Ativo Biológico da controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. no montante de R\$ 19.398 mil (Original R\$ 81.580 mil e Reapresentando R\$ 98.350 mil – na conta de Tributos Diferidos)*

Controladora – reflexos dos ajustes descritos anteriormente

- *Ajuste do saldo contábil da conta de investimentos, em virtude dos reflexos da baixa do saldo de estoque da controlada S/A Agro no montante de R\$ 4.450 mil e da apuração dos tributos diferidos sobre o valor justo do Ativo Biológico da controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. no montante de R\$ 19.398 mil (Original R\$ 216.035 mil e Reapresentado R\$ 192.198 mil)*
- *Ajuste do saldo contábil de Resultado negativo de Equivalência Patrimonial, em virtude do reflexo da baixa do saldo de estoques da controlada S/A Agro no montante de R\$ 4.450 mil (Original R\$ 117 mil e Reapresentando R\$ 4.567 mil.*

Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados:

<i>Descrição</i>	<i>Consolidado</i>		
	<i>Original</i>	<i>Ajustes</i>	<i>Reapresentando</i>
<i>Balanço Patrimonial</i>			
<i>Ativo</i>			
.Estoques	16.912	(4.450)	12.462
.Ativo Biológico	-	57.025	57.025
.Imobilizado	338.182	(57.025)	281.157
<i>Total do Ativo</i>	<i>437.502</i>	<i>(4.450)</i>	<i>433.052</i>
<i>Passivo</i>			
. Tributos Diferidos	81.474	19.388	100.862
. Patrimônio Líquido	236.557	(23.837)	212.720
<i>Total do Passivo</i>	<i>437.502</i>	<i>(4.450)</i>	<i>433.052</i>
<i>Demonstração do Resultado</i>			
.Outras Receitas e Despesas Operacionais	(3.554)	(4.450)	(8.004)
<i>Prejuízo do Exercício</i>	<i>(18.396)</i>	<i>(4.450)</i>	<i>(22.846)</i>



<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		
	<i>Original</i>	<i>Ajustes</i>	<i>Reapresentando</i>
<i>Balanço Patrimonial</i>			
<i>Ativo</i>			
. Investimentos	314.792	(23.837)	290.955
Total do Ativo	328.889	(23.837)	305.052
<i>Passivo</i>			
. Patrimônio Líquido	236.697	(23.837)	212.860
Total do Passivo	328.889	(23.837)	305.052
<i>Demonstração do Resultado</i>			
. Resultado de Equivalência Patrimonial	(117)	(4.450)	(4.567)
Prejuízo do Exercício	(18.425)	(4.450)	(22.875)

As demonstrações do Resultado Abrangentes, Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado também estão sendo reapresentadas e os efeitos estão concentrados nos saldos do Prejuízo do Exercício, Resultado de Equivalência Patrimonial e no Fluxo de Caixa, na variação da conta de estoques (Original R\$ 20.558 mil e Reapresentando R\$ 25.008 mil)

NOTA 5 – NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

As normas elencadas a seguir foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020, mas não tiveram impactos materiais para o Grupo:

- *Definição de material:* alterações ao IAS 1/CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- *Definição de negócio:* alterações ao IFRS 3/CPC 15 - Combinação de Negócios
- *Reforma da IBOR:* alterações ao IFRS 9/CPC 48, IAS 39/CPC 38 e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros
- *Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros*
- *Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:* alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) - Arrendamentos

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia e suas controladas.

Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alteração ao IAS 16 Ativo Imobilizado:** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados



devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

• **Alteração ao IAS 37 Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022

• **Alteração ao IFRS 3 Combinação de Negócios:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.

• **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:

(i) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

(ii) IFRS 16 - Arrendamentos - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

(iii) IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

(iv) IAS 41 - Ativos Biológicos - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

NOTA 6 –DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

	Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.	S/A Agro Industrial Eldorado	Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda.	RMCA Incorporação Planejamento Ltda.
Número Ações/Cotas (000)	11.785.000	6.449.132	16.082.572	37.300
Participação na Controlada	99,9995%	99,98338%	99,918618%	96,69437%
Patrimônio Líquido Controlada	241.498	9.919	2.691	(8.431)
Reserva de Reavaliação	30	4.411	271	-
Resultado no Período	84.945	-	(4.404)	(483)

Os períodos contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, com a eliminação dos (as):



- i) das participações da Companhia no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;*
- ii) dos saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e*
- iii) dos saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.*

A conciliação entre o resultado líquido da controladora e o consolidado para o período findo em 31 de dezembro de 2020, é como segue:

<i>Lucro líquido da controladora</i>	<i>65.401</i>
<i>Participação de acionistas não controladores</i>	<i>(20)</i>
<i>Lucro líquido consolidado</i>	<i>65.421</i>

NOTA 7 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

a.1) Receita de venda de mercadorias

A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida.

a.2) Receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras.

c) Instrumentos financeiros

c.1) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias:

- Instrumentos financeiros ao custo amortizado;*
- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e*



- *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.*

Mensuração subsequente

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

c.2) Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores.

c.3) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e têm se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c.4) Impairment de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado, são testados anualmente para identificação de indicadores de impairment. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” (Nota 08).

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.



As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas estimadas.

f) Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda.

As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos.

A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos.

g) Ativo Biológico

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento do corte. Na determinação do valor justo foi utilizado o método de fluxo de caixa descontado de acordo com o ciclo de produtividade projetado desses ativos.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 11. A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita trimestralmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada Variação do valor justo dos ativos biológicos. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pela quantidade do produto agrícola cortada /vendida, avaliada por seu valor justo.

h) Investimentos

Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

i) Imobilizado

Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.



Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Anual</u>
<i>Edificações</i>	<i>1, 71% a 4%</i>
<i>Móveis e utensílios</i>	<i>10%</i>
<i>Máquinas e equipamentos</i>	<i>10%</i>
<i>Instalações</i>	<i>10%</i>
<i>Veículos</i>	<i>20%</i>
<i>Aparelhos diversos</i>	<i>10%</i>
<i>Computadores e periféricos</i>	<i>20%</i>
<i>Benfeitorias em imóveis de terceiros</i>	<i>4% a 5%</i>

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em Outros ganhos (perdas), líquidos na demonstração do resultado.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

k) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros



l) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

m) Tributação

m.1) Imposto de renda e contribuição social

Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e nos casos de apuração pelo lucro real, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. Abaixo segue os regimes tributários adotados pela Companhia e suas controladoras nos exercícios de 2020 e de 2019:

<i>Companhia</i>	<i>Regime Tributário</i>
<i>Siderúrgica J. L. Aliperti S/A.</i>	<i>Lucro Real Trimestral</i>
<i>Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda.</i>	<i>Lucro Presumido</i>
<i>S/A Agro Industrial Eldorado</i>	<i>Lucro Real Trimestral</i>
<i>Eldorado Comércio de Ferro e Aço Ltda.</i>	<i>Lucro Real Anual</i>
<i>RMCA Incorporação Planejamento Ltda.</i>	<i>Lucro Presumido</i>

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

n) Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

o) Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado



de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

NOTA 8 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Caixa	6	6	12	87
Bancos conta movimento	-	1	79	18
Aplicações financeiras	-	-	46.891	22.067
Total	6	7	46.982	22.172

A seguir, apresentamos um quadro com a composição das aplicações financeiras:

<u>Instituição</u>	<u>Tipo Aplicação</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
Bco Bradesco S/A	Invest	552	1.507
Bco Bradesco S/A	FIC	3.021	137
Bco Bradesco S/A	CDB	12.316	-
Bco Bradesco S/A	NTN	30.931	-
Banco Itaú S/A	AutMais	1	2
Banco Itaú S/A	CDB	2	-
Banco Safra S/A	Renda Fixa	68	20.421
Total		46.891	22.067

Referem-se substancialmente, a Certificados de Depósito Bancários (CDBs), Títulos Públicos e Fundos de Investimentos, os quais são remunerados em torno de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.



NOTA 9 – CONTAS A RECEBER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Duplicatas A Receber - Fab.Molas	182	182	182	182
Duplicatas A Receber - Fm Sorocaba	176	176	176	176
Contas a Receber – Venda da Fazenda Lageado	-	-	50.603	-
Contas a Receber Diversos	-	-	8	868
Valores de Alugueis a Receber	745	160	745	160
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(357)	(357)	(357)	(357)
Total	746	161	51.357	1.029
Circulante	746	161	18.971	1.029
Não Circulante			32.386	

a) Venda da Fazenda Lageado

Em 15 de julho de 2020, a controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. realizou a venda da das Glebas A, B e C da propriedade rural denominada “Fazenda Lageado”, situada no município de São Miguel Arcanjo, no Estado de São Paulo. O valor total da venda é de R\$ 90.000 mil (noventa milhões de reais), sendo uma parcela à vista, no montante de R\$ 40.000 mil (quarenta milhões de reais) e o restante dividido em 3 (três) parcelas a serem liquidadas até 15 de julho de 2023, sendo que tais valores são corrigidos monetariamente pela variação da Selic e acrescidos de juros de 1% ao mês, conforme instrumento jurídico de compra e venda assinado entre as partes.

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (impairment) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

NOTA 10– ESTOQUES

A controladora não possui mais estoques desde exercícios anteriores, portanto, está apresentado no Balanço Consolidado somente os saldos das empresas controladas.



<u>Descrição</u>	Consolidado	
	<u>31/12/20</u>	<u>Reapresentado 31/12/19</u>
<i>Produtos Acabados</i>	5.555	4.049
<i>Rebanho de Animais</i>	-	948
<i>Materiais de Consumo</i>	-	154
<i>Grãos (Produção Própria)</i>	-	5.187
<i>Grãos (Andamento/Elaboração)</i>	-	2.124
Total	5.555	12.462

A redução dos estoques em relação ao exercício anterior, deve-se ao Plano de Negócios da Administração da controladora e controladas, com o arrendamento de grande parte das terras e das propriedades rurais a terceiros, para plantio cana-de-açúcar, em contrato de parceria. Dessa forma, com o arrendamento das respectivas propriedades, localizadas no Estado de Minas Gerais, a controlada Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. deixou de praticar o cultivo e plantio de grãos, como soja e milho.

A Companhia tem como política avaliar periodicamente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos, são constituídas provisões com perda, se aplicável. A Administração não identificou perdas, em função da COVID-19, até a data de emissão destas demonstrações contábeis.

NOTA 11– ATIVO BIOLÓGICO

<u>Descrição</u>	Consolidado	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
<i>Cana-de-açúcar</i>	61.201	57.025
Total	61.201	57.025

O ativo biológico da Companhia compreende o contrato de parceria celebrado entre a controlada Agroeldorado Ltda. com a Usina Uberaba S.A. para cultivo e o plantio de cana-de-açúcar, no Estado de Minas Gerais, por meio de um instrumento jurídico assinado entre as partes, o qual estabelece o arrendamento das áreas rurais da Companhia e o recebimento de um percentual/parcela da produção da colheita das safras.

a) Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar, em 2020, foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela produção estimada prevista contratualmente de cana-de-açúcar, medida em quilos de Açúcar Total Recuperável (ATR), multiplicado com o preço de mercado da cana-de-açúcar (publicado pelos órgãos reguladores, Consecana);
- Impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo; e
- Taxa de desconto definida pela administração.



Na apuração do ativo biológico, não são considerados quaisquer custos incorridos, relativos à plantio, manutenção do solo, colheita e outros gastos inerentes, visto que são de responsabilidade do arrendatário com base na mensuração descrita, abaixo demonstramos a metodologia utilizada, e os resultados obtidos, em R\$, na data-base de 31 de dezembro de 2020:

	Valorização do ativo biológico para os exercícios de 2020 a 2024 (5 anos)	Total
<i>Produção esperada (em toneladas)</i>	162.191, 77	810.958, 85
<i>Quantidade de ATR</i>	133, 3600	666, 800
<i>Preço ATR</i>	0, 7292	0, 7292
<i>Receita Total</i>	15.772.519, 03	78.862.595, 15
<i>(-) Impostos incidentes</i>	5.812.173, 26	9.326.290, 50
<i>Resultado esperado</i>	9.960.345, 77	69.536.304, 65
<i>Taxa de desconto</i>	De 1, 045 a 1, 192	-
<i>Resultado para os exercícios de 2020 a 2024</i>	-	61.200.904, 51

NOTA 12 – PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses.

As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

a) Créditos com Partes Relacionadas

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
<i>Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda</i>	4.881	3.666	-	-
<i>RMCA Incorporação e Planejamento Ltda</i>	5.229	4.038	-	-
<i>Guarda Max Armazéns Gerais Ltda.</i>	2.591	2.598	10.045	9.219
<i>Total</i>	12.701	10.302	10.045	9.219
<i>Circulante</i>	4.881	6.264	7.454	9.219
<i>Não Circulante</i>	7.820	4.038	2.591	



b) Obrigações com Partes Relacionadas

<u>Descrição</u>	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
<i>Eldorado Box Locação de Espaço Ltda.</i>	-	-	916	859
Total	-	-	916	859
Circulante	-	-	916	859
Não Circulante	-	-	-	-

Os saldos com as controladas, classificados em “Partes relacionadas”, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo.

A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (“Lei das S.A.”), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considerou como “pessoal-chave da administração” os membros dos conselhos de administração, conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 671 mil (R\$ 729 mil em 31/12/2019), assim distribuído:

Honorários	R\$ (mil)
<i>Diretoria</i>	328
<i>Conselho da Administração</i>	343

Não houve constituição de Conselho Fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho.



NOTA 13 – OUTROS CRÉDITOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<i>Depósitos e Bloqueios Judiciais</i>	5.958	6.004	7.540	7.463
<i>Créditos de discussão judicial e administrativos</i>	19.239	19.239	19.920	19.239
<i>Tributos a Recuperar</i>	113	101	538	340
<i>Outros valores a receber</i>	313	309	1.967	12.392
Total	25.623	25.653	29.965	39.434
Circulante	426	410	2.505	12.732
Não Circulante	25.197	25.243	27.460	26.702

a) Depósitos e Bloqueios Judiciais

A Companhia discute judicialmente e administrativamente o ressarcimento de créditos de natureza bancária/comercial, de tributos federais e de outras naturezas, os quais são classificados como possibilidade de êxito provável pelos seus assessores jurídicos. A seguir, apresentamos o detalhamento dos valores consignados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<i>Bloqueio Judicial – (i)(ii)</i>	5.330	5.326	6.233	6.196
<i>Depósito Judicial Trabalhista</i>	189	189	373	373
<i>Depósito Judicial Cível</i>	439	489	844	894
Total	5.958	6.004	7.450	7.463

(i) Incluso no montante, o saldo de R\$ 493 mil, relativo a bloqueio judicial em conta corrente, na data de 12 de julho de 2011, decorrente do Processo de Execução nº. 2009.61.82.043711-0 movido pela Fazenda Nacional, em montante atualizado (até 2010) de R\$ 9.441 mil, em 08 de agosto de 2011; na época, foi apresentada defesa pelos Assessores Jurídicos da Siderúrgica J. Aliperti S/A, tendo em vista a prescrição da referida ação sobre a qual se aguarda decisão do Tribunal pertinente para reversão (ressarcimento) do referido montante, sendo a possibilidade de perda classificada como remota pelos Assessores Jurídicos. No mês de janeiro de 2020, a Companhia informou à Comissão de Valores Mobiliários, que o processo permanece pendente de julgamento junto à Justiça Cível, tendo a Siderúrgica ampliado no exercício de 2019, as garantias da ação, com a indicação de 2 (dois) imóveis de sua propriedade.

(ii) Incluso no montante, o saldo de R\$ 732 mil, relativo a bloqueio judicial em conta corrente, ocorrido na data de 28 de fevereiro de 2019, referente à cobrança de IPI declarado à Receita Federal e não recolhido, em exercícios anteriores. O processo fiscal foi promovido pela Fazenda Nacional, sendo que os Assessores Jurídicos da Companhia declararam que a probabilidade de perda na ação é remota.



b) Créditos oriundos de discussão judicial e administrativa

A Companhia discute judicialmente e administrativamente o ressarcimento de créditos de natureza bancária/comercial, de tributos federais e de outras naturezas, os quais são classificados como possibilidade de êxito provável pelos seus assessores jurídicos. A seguir, apresentamos o detalhamento dos valores consignados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i><u>31/12/20</u></i>	<i><u>31/12/19</u></i>	<i><u>31/12/20</u></i>	<i><u>31/12/19</u></i>
<i>Banco Santander – Antigo Sudameris</i>	<i>6.000</i>	<i>6.000</i>	<i>6.000</i>	<i>6.000</i>
<i>Banco Rural</i>	<i>1.807</i>	<i>1.807</i>	<i>1.807</i>	<i>1.807</i>
<i>Créditos e Antecipações Fiscais</i>	<i>10.458</i>	<i>10.458</i>	<i>10.458</i>	<i>10.458</i>
<i>Títulos Públicos</i>	<i>974</i>	<i>974</i>	<i>1.655</i>	<i>1.655</i>
<i>Total</i>	<i>19.239</i>	<i>19.239</i>	<i>19.920</i>	<i>19.920</i>

Banco Santander – Antigo Banco Sudameris

Trata-se de sentença judicial transitado em julgado em favor da Companhia, reconhecido no exercício de 2009, o qual se encontra em fase pericial, para apuração do montante atualizado, o qual deverá ser superior ao valor contabilizado, conforme posicionamento dos nossos Assessores Jurídicos.

Banco Rural

Referente à ação conforme Termo de Penhora nº 37.1998.403.6100.

Créditos e Antecipações Fiscais

Crédito fiscal no montante de R\$ 9.175 mil oriundo de decisão favorável na Justiça Federal, em exercícios anteriores, cuja realização depende de homologação dos pedidos de restituições, via judicial, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, estando a administração no aguardo de decisão judicial. Com relação a antecipações fiscais, tratam-se de valores pagos pela Companhia, junto à Secretaria da Receita Federal, com base na Lei nº 11.941/09 (Refis da Crise). O saldo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.283 mil.

Títulos Públicos

Tratam-se de Apólices da Dívida Pública Federal e títulos precatórios adquiridas em exercícios anteriores, como parte do Plano de Negócio da administração, voltado à compensação de impostos.



NOTA 14 – INVESTIMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<i>Em Controladas</i>	254.106	192.084	-	-
<i>Outros Investimentos</i>	114	114	1.971	2.792
Total	254.220	192.198	1.971	2.792

a) Investimentos em Controladas

As movimentações dos investimentos e da provisão para perda nos exercícios de 2020 e de 2019 foram as seguintes:

Descrição	Agroeldorado Agric. e Pecuária Ltda.		S/A Agro Industrial Eldorado		Eldorado Com. de Ferro e Aço Ltda.		RMCA Incorp. Planejamento Ltda.	
	31/12/20	31/12/19 Reapresentado	31/12/20	31/12/19 Reapresentado	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<i>No início do Período</i>	175.075	163.511	9.917	9.917	7.091	7.477	1	1
<i>Equivalência Patrimonial</i>	84.123	16.564	-	-	(4.401)	(386)	(467)	(1.204)
<i>Ajustes de Avaliação Patrimonial - Reflexa</i>	(7.700)	-	-	-	-	-	-	-
<i>Baixas</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Reclassif. Para Passivo p/ melhor apresentação do investimento negativo</i>	-	-	-	-	-	-	467	1.204
<i>Dividendos deliberados</i>	(10.000)	(5.000)	-	-	-	-	-	-
No final do Período	241.498	175.075	9.917	9.917	2.690	7.091	1	1

b) Provisão para Perda de Investimentos

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), dos seus investimentos. Os saldos da provisão para perdas com investimentos estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<i>RMCA Incorp. Planejamento Ltda.</i>	8.153	7.686	-	-
Total	8.153	7.686	-	-



c) Outros Investimentos

<u>Descrição</u>	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
<i>Participação em Incentivos Fiscais</i>	12	12	50	50
<i>Ações – Cosipa</i>	2.292	2.292	2.292	2.292
<i>Outras Participações</i>	-	-	1.819	2.640
<i>(-)Provisão p/Perdas em Investimentos</i>	(2.190)	(2.190)	(2.190)	(2.190)
Total	114	114	1.971	2.792

NOTA 15– IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os saldos do imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

a) Custo e posição final

Imobilizado	Controladora				Consolidado		
	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transf.</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/12/19</u>
<i>Edifícios e Construções</i>	22.877	-	-	7.021	29.898	40.208	33.971
<i>Terrenos</i>	17.652	-	-		17.652	113.802	113.802
<i>Propriedades Rurais</i>	33.516	-	-		33.516	122.385	135.875
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	254	-	-		254	2.917	2.929
<i>Instalações Industriais</i>	8	-	-		8	9.712	9.904
<i>Móveis e Equip. de Escritório</i>	1.350	13	-		1.363	1.998	1.984
<i>Veículos</i>	1.066	-	(258)		808	1.974	2.332
<i>Reflorestamento</i>	36	-	-		36	472	36
<i>Construções em Andamento</i>	10.769	-	-	(7.021)	3.748	5.781	10.910
<i>Tratores</i>	-	-	-		-	1.040	1.077
<i>Implementos Agrícolas</i>	-	-	-		-	3.411	3.440
<i>Animais de Trabalho</i>	-	-	-		-	11	11
<i>Pastagens</i>	-	-	-		-	5.317	6.550
<i>Culturas Permanentes - Outras</i>	-	-	-		-	277	430
<i>Equipamentos de Informática</i>	-	-	-		-	141	137
<i>Benf. em Terras de Terceiros</i>	-	-	-		-	69	69
<i>Outros</i>	-	-	-		-	146	147
Total do Custo	87.528	13	(258)	-	87.283	309.661	323.604
(-) Depreciação	(18.052)	(754)	258		(18.548)	(42.199)	(42.447)
Total do Imobilizado	69.476	(741)			68.735	267.462	281.157



b) Depreciação

Depreciações	Controladora				Consolidado	
	31/12/19	Adições	Baixas	Transf.	31/12/20	31/12/19
<i>Edifícios e Construções</i>	(15.454)	(719)	-		(16.173)	(20.499)
<i>Máquinas e Equipamentos</i>	(199)	(23)	-		(222)	(2.674)
<i>Instalações Industriais</i>	(8)	-	-		(8)	(7.677)
<i>Móveis e Equip. de Escritório</i>	(1.328)	(10)	-		(1.338)	(1.840)
<i>Veículos</i>	(1.063)	(2)	258		(807)	(2.113)
<i>Tratores</i>	-	-	-		-	(697)
<i>Implementos Agrícolas</i>	-	-	-		-	(2.055)
<i>Animais de Trabalho</i>	-	-	-		-	(11)
<i>Pastagens</i>	-	-	-		-	(4.147)
<i>Culturas Permanentes – Outras</i>	-	-	-		-	(420)
<i>Equipamentos de Informática</i>	-	-	-		-	(131)
<i>Benfeitorias em Terras de Terceiros</i>	-	-	-		-	(65)
<i>Outros</i>	-	-	-		-	(118)
Total das depreciações	(18.052)	(754)	258		(18.548)	(42.447)

c) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração da Companhia efetua periodicamente a análise do valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

NOTA 16 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

Os saldos de obrigações fiscais estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Impostos e Contribuições				
<i>IPTU a Recolher</i>	21.868	16.339	22.111	16.580
<i>ICMS a Recolher</i>	269	269	3.996	3.982
<i>COFINS a Recolher</i>	525	523	541	544
<i>PIS a Recolher</i>	113	112	116	116
<i>IPI e IRRF a Recolher</i>	1.037	1.050	1.063	1.073
<i>Outros</i>	26	32	124	114
<i>IRPJ a Recolher</i>			385	409
<i>CSLL a Recolher</i>			164	199
Total Impostos e Contribuições	23.838	18.325	28.500	23.017
Parcelamentos Tributários				
<i>PPI – Prefeitura de São Paulo</i>			218	232
<i>PERT – Receita Federal</i>			7.808	8.298
<i>Parcelamento Ordinário - IRPJ</i>			32	47
<i>Parcelamento Ordinário- CSLL</i>			15	23
<i>Parcelamento Ordinário - COFINS</i>			26	33
Total Parcelamentos			8.099	8.633



Total de Obrigações Fiscais	23.838	18.325	35.607	31.650
Circulante	23.838	18.325	29.555	24.058
Não Circulante			7.044	7.592

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Os saldos de adiantamentos de clientes estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<i>Usina Uberaba S/A – Cana de Açúcar</i>			14.744	7.382
<i>Cargill Agrícola S/A - Milho</i>			754	8.024
<i>Suzano de Papel e Celulose S/A</i>			-	215
<i>Outros Adiantamentos</i>			37	33
Total			15.535	15.654

Tratam-se de valores antecipados, com base nos contratos estabelecidos entre as partes, cuja compensação ocorre no momento da contraprestação por parte da Companhia, dos serviços prestados e/ou da entrega das mercadorias.

NOTA 18 – DEMAIS OBRIGAÇÕES JUNTO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o saldo deste grupo estava composto dos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<i>BNDES</i>	42.365	42.365	42.365	42.365
<i>Banco Santander (antigo Sudameris)</i>	283	283	283	283
<i>Banco Rural</i>	425	425	425	425
Total	43.073	43.073	43.073	43.073

a) BNDES

O saldo encontra-se em “sub judice“. A Companhia, através de Laudo Pericial, está atualizando seu montante pela TR – Taxa referencial, por entender ser mais conservadora, não colocando em risco os futuros interesses de seus Acionistas. A TR no exercício de 2020, foi nula, não havendo atualização da dívida.

A Instituição Financeira tem como garantia propriedades rurais da companhia (Fazendas Beija-Flor, Beija-Flor II, Beija-Flor III, Olhos D'Água, Olhos D'Água II, Rocinha, Rocinha III, Déssio Domingues e Tamanduá), de propriedade da Aliperti, conforme contratos lavrados em cartório. A propriedade rural Déssio Domingues se encontra penhorada.



Em exercícios anteriores, a Siderúrgica J. L. Aliperti S/A obteve ganho de causa para liquidar a dívida, cujo resultado foi contestado pela Instituição Financeira. Face às divergências de cálculos, o Juiz determinou nova perícia, a qual está em andamento, cujo laudo final a ser emitido, de acordo com nossos assessores jurídicos, confirmará que a Instituição financeira cobrou a dívida da Companhia, em montantes superiores aos valores reais, a qual será condenada ao pagamento das verbas de sucumbência sobre o montante excedido.

Conforme opinião dos nossos Assessores Jurídicos, o montante contabilizado é suficiente para fazer frente à provável liquidação da dívida junto ao BNDES. As chances da Companhia em liquidar a dívida em montantes superior ao registrado são remotas. Os valores contábeis das propriedades rurais destacadas totalizam R\$ 33.459 mil, no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2020.

b) Banco Sudameris – atual Banco Santander

A companhia aguarda decisão da justiça, sendo que conforme opinião dos assessores jurídicos, as probabilidades de perda são possíveis. Existe a perspectiva do montante ser deduzido do saldo a receber da Instituição Financeira, decorrente da ação movida pela Siderúrgica, a qual já obteve ganho de causa em última instância (sentença transitado em julgado), com o reconhecimento do montante de R\$ 6.000 mil em exercícios anteriores.

c) Saldos devedores rubrica Bancos Contas Garantida junto Banco Rural

A administração, baseada na orientação de sua assessoria jurídica em exercícios anteriores, decidiu por não efetuar a atualização da dívida devido às perspectivas prováveis de liquidação junto à instituição financeira, sem juros e atualização monetária; além disso, havendo a reversão da dívida com atualização e juros, acarretará em base positiva para incidência de tributos, porém sem entrada de recursos no caixa da Companhia.

NOTA 19– TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia mantinha no longo prazo o saldo de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias decorrentes do registro da mais valia de ativos imobilizados em virtude de reavaliação, custo atribuído, nos termos do ICPC 10, bem como da mais valia dos valores calculados dos ativos biológicos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos no montante de R\$ 98.350 (R\$81.474 em 31.12.2019) foram constituídos considerando a alíquota combinada de 34% (imposto de renda – 25% e contribuição social – 9%) vigente e tem a seguinte composição:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Reav. do Imobilizado – anterior 11.638/2027	6.315	6.766	13.455	13.903
Custo Atribuído – ICPC 10	45.308	45.308	214.607	225.726
Ativos Biológicos – CPC 29			61.201	57.025
Total de Base de Calculo	51.623	52.074	275.808	296.654
Imposto de Renda – 25%	12.905	13.019	72.316	74.163
Contribuição Social – 9%	4.645	4.686	26.034	26.699
Total dos Tributos Diferidos	17.550	17.705	98.350	100.862



NOTA 20 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A provisão para contingência foi constituída no montante estimado para todas aquelas ações que, segundo a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, estão classificadas como perda provável. Abaixo apresentamos o detalhamento dos processos:

- ***Processos de natureza tributária:***

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como parte em 92 (noventa e dois) processos judiciais e administrativos que versam sobre a matéria fiscal, avaliados pelos Assessores Jurídicos, referentes a Autos de infração de ICMS, PIS, COFINS, IPI, IRPJ e ITBI, classificados como de risco de perda possível, no montante de R\$ 0 mil (R\$ 124.634 mil em 31/12/2019). Em observância ao disposto na NBC TG 25 (R2), o referido montante não foi provisionado, por não ser considerado como risco de perda provável. A Controladora e suas controladas não possuem processos tributários classificados como de perda provável.

- ***Processos de natureza trabalhista***

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como parte em 44 (quarenta e quatro) processos trabalhistas. Os principais temas abordados nesses processos versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial, verbas rescisórias, multa do FGTS referente aos planos Verão e Collor, dentre outros.

Para os processos classificados como de perda provável, foi mantida a provisão contábil de R\$ 1.635 mil (R\$ 1.635 mil em 31/12/2019), levando-se em consideração a base de informações dos Assessores Jurídicos, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável. As ações classificadas como de perda possível totalizam R\$ 2.357 mil (R\$ 1.021 mil em 31/12/2019), não tendo sido constituída provisão contábil, em atendimento a NBC TG 25 (R2).

- ***Processos de natureza cíveis***

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e controladas em conjunto (controladora) figuravam como partes em 67 (sessenta e sete) processos judiciais que versam sobre matéria cível, relativos em sua grande maioria, a ajuizamentos de fornecedores e prestadores de serviços. Para os processos classificados como de perda provável pelos assessores jurídicos, foi mantida a provisão contábil de R\$ 550 mil (R\$ 550 mil em 31/12/2019). Para os processos classificados como de perda possível, não houve constituição de provisão, em atendimento a NBC TG 25 (R2), apenas a divulgação das notas explicativas, os quais totalizam R\$ 2.456 mil (R\$ 3.119 mil em 31/12/2019).

Existem outros processos avaliados pelos Assessores Jurídicos, como sendo de risco de perda remoto e mensuração sem suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil, que não requerem a contabilização e divulgação.

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$48.964 mil e está dividido em 6.250 (seis mil, duzentas e cinquenta) ações ordinárias nominativas e 12.345 ações (doze mil, trezentos e quarenta e cinco) preferenciais nominativas, sem valor nominal.



Ações em Tesouraria

A Companhia possui em tesouraria 380 (trezentos e oitenta) ações preferenciais, resultantes de aquisição em leilão público realizado em 07/02/2002, com preço médio por ação de R\$ 141, 76 (cento e quarenta e um reais e setenta e seis centavos).

b) Reserva de lucros

- *Reserva legal*

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

- *Reserva de Lucros a Realizar*

Constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente, oriundos dos ajustes do investimento pelo método da equivalência patrimonial. Essa reserva será distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

c) Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício o, ajustado de acordo com a lei societária. A seguir está apresentada a distribuição do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

<i>Descrição</i>	<i>Valores em R\$ Mil</i>
<i>Lucro Líquido do Exercício</i>	<i>65.401</i>
<i>(-) Absorção do Prejuízo Acumulado</i>	<i>(26.706)</i>
<i>(=) Base de Cálculo para Reserva Legal</i>	<i>38.695</i>
<i>(-) Reserva Legal – 5%</i>	<i>(1.935)</i>
<i>(=) Base de Cálculo para os dividendos</i>	<i>36.760</i>
<i>Dividendos mínimos obrigatórios</i>	<i>9.190</i>
<i>Reserva de Retenção de Lucros</i>	<i>27.570</i>

d) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliações dos terrenos e propriedades rurais próprias, no montante de R\$ 4.114 mil (R\$ 4.273 mil em 31/12/2019), mais a reavaliação de terrenos e propriedades rurais das Controladas, no montante de R\$ 4.711 mil (R\$ 4.711 mil em 31/12/2019), foram realizadas em datas anteriores a promulgação da Lei nº 11.638/07.

Os saldos do imobilizado registrados nas rubricas de Terrenos e Propriedades rurais são os mesmos representados nas contas de Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido. Os tributos diferidos foram contabilizados no Passivo não Circulante.



A diferença entre os saldos conciliados da Reserva de Reavaliação (Patrimônio Líquido) e os saldos do Imobilizado (Nota 15), referem-se a diversos itens como, por exemplo, subestação de energia elétrica, galpões de laminação, silos de carvão e tanques de carepa.

e) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Adoção do Custo Atribuído dos Bens do Ativo Imobilizado

A Companhia e suas controladas decidiram atribuir novo custo os terrenos e propriedades rurais na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos 15 a 40. Na data de transição o valor desta mais valia, foram registrados no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, considerando ainda os tributos diferidos, calculados sobre essa mais valia e que foram contabilizados no Passivo não Circulante.

f) Resultado por Ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado do período/exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, excluindo aquelas mantidas em tesouraria e respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia.

O resultado diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas, respeitando as regras de distribuição de dividendos previstas no Estatuto Social da Companhia. O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do exercício, ajustado pelo número de ações, quando aplicável, readquiridas ou emitidas durante o exercício multiplicado por um fator ponderador de tempo. Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o resultado do período ajustado aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

- 31 de dezembro de 2020

<i>Descrição</i>	<i>Ações Ordinárias</i>	<i>Ações Preferenciais</i>	<i>Total</i>
<i>Resultado atribuível aos acionistas</i>	65.401	65.401	65.401
<i>Média ponderada das ações em circulação durante o período</i>	6.250	11.965	18.215
<i>Resultado por ação</i>	10, 464160	5, 466026	3, 590502

- 30 de dezembro de 2019

<i>Descrição</i>	<i>Ações Ordinárias</i>	<i>Ações Preferenciais</i>	<i>Total</i>
<i>Resultado atribuível aos acionistas</i>	(18.425)	(18.425)	(18.425)
<i>Média ponderada das ações em circulação durante o período</i>	6.250	11.965	18.215
<i>Resultado por ação</i>	(2, 948000)	(1, 539908)	(1, 011529)



NOTA 22 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	30/12/19	31/12/20	30/12/19
<i>Receita Bruta de Vendas e Serviços</i>	-	-	18.815	42.464
<i>Impostos sobre Vendas(-)</i>	-	-	(990)	(4.095)
<i>Receita Operacional Líquida</i>	-	-	17.825	38.369

NOTA 23 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de despesas administrativas estavam representadas por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
<i>Pessoal</i>	6.917	8.215	10.974	12.392
<i>Comissões</i>	-	-	2.070	279
<i>Serviços de Assessoria e Consultoria</i>	70	938	9.344	8.730
<i>Energia Elétrica e Insumos</i>	144	140	490	377
<i>Outros Serviços de Pessoas Jurídica e Física</i>	912	2.176	5.905	7371
<i>Provisões para Perdas</i>	-	-	417	-
<i>Outras Despesas</i>	862	1.155	3.324	1.522
Total	8.905	12.624	32.524	30.671

NOTA 24 – OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de outras receitas (despesas) operacionais estavam representadas por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receitas				
<i>Alienação do Imobilizados</i>	40		87.533	
<i>Locação e Arrendamento</i>	1.497	1.090	8.195	7.557
<i>Outras Receitas</i>	81	2.562	6.032	3.170
Total de Outras Receitas Operacionais	1.618	3.652	101.760	10.727
Despesas Financeiras				
<i>Provisão para Perda de Estoques</i>	-	-	(972)	(4.450)
<i>Provisão para Perdas de Investimentos</i>	-	(2.190)	-	(2.428)
<i>Outras Despesas</i>	-	-	(457)	(1.155)
Total de Outras Despesas Operacionais	-	(2.190)	(1.429)	(8.033)



NOTA 25 – RESULTADO FINANCEIRO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de receitas e despesas financeiras estavam representadas por:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
Receitas Financeiras				
Juros Ativos	17	-	463	6
Descontos Obtidos	2	-	10	4
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	3.138	858
Variação Cambial Ativa	-	1	2.083	2.001
Outras Receitas Financeiras	-	-	609	2
Total das Receitas Financeiras	19	1	6.303	2.871
Despesas Financeiras				
Juros Passivos	(27)	(49)	(165)	(331)
Descontos Concedidos	(21)	-	(23)	(26)
Prejuízos com Aplicações Financeiras	-	-	(2.088)	(127)
Variação Cambial Passiva	(132)	-	(1.289)	(1.579)
Outras Despesas Financeiras	(3)	(3)	(67)	(100)
Total das Despesas Financeiras	(183)	(52)	(4.572)	(2.630)

NOTA 26 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Abaixo a apuração do imposto de renda e contribuição social do exercício:

- Siderúrgica J. L. Aliperti S/A. - (Controladora) – Lucro Real

Descrição	Controladora	
	31/12/20	31/12/19
Lucro (Prejuízo) do Exercício	65.401	(18.425)
(+) Adições	4.890	13.606
(-) Exclusões	(80.906)	(10.687)
Prejuízo fiscal e Base de Cálculo Negativa apurados	(10.615)	(15.506)

- Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. – Lucro Presumido

Descrição	Imposto de Renda			Contribuição Social		
	Aliq.	31/12/20	31/12/19	Aliq.	31/12/20	31/12/19
Receitas de Vendas	8%	18.815	43.464	12%	18.815	43.464
Receitas de Arrendamentos	32%	6.697	6.467	32%	6.697	6.467
Receitas Financeiras		3.758			3.758	
Outras Receitas		15.188			15.188	
Base de Cálculo		15.187			15.934	
IRPJ/CSLL		(3.773)			(1.343)	



No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de imposto e renda e contribuição social, estavam representadas por:

<i>Descrição</i>	<i>Controladora</i>		<i>Consolidado</i>	
	<i>Exercício findo em</i>		<i>Exercício findo em</i>	
	<i>31/12/20</i>	<i>31/12/19</i>	<i>31/12/20</i>	<i>30/12/19</i>
<i>Imposto de Renda e Contribuição Social</i>				
Corrente	-	-	5.210	2.761
Diferido	-	-	1.420	-
Total	-	-	6.630	2.761

A despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos em 2020, refere-se ao reflexo tributário sobre o registro contábil da mais valia do valor justo apurado sobre o ativo biológico.

NOTA 27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas possui instrumentos financeiros cujos valores reconhecidos no balanço patrimonial, geralmente se aproxima ao valor de mercado, devido sua natureza e prazos de realização ou liquidação.

a) Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é estimado como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- (i) Contas a receber de clientes, fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.*
- (ii) O valor justo de partes relacionadas ao final de cada período é igual ao valor contábil.*
- (iii) O valor justo dos financiamentos é uma aproximação razoável do valor contábil.*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não mantinha operações de instrumentos financeiros cujas mensurações dependeriam da hierarquia de valor justo. Entretanto, caso houvesse essas operações, a Companhia aplicaria o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial e divulgaria as mensurações dependendo do nível da hierarquia de valor justo, que são:

Nível 1 – valor justo obtido através de preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, como, por exemplo, a bolsa de valores;

Nível 2 – valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções. Não é prática da Companhia fazer operações com derivativos; e

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).



b) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência das taxas de juros e outras variáveis. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos a essas variáveis estão apresentadas a seguir.

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas incluem contas de depósitos bancários, aplicações financeiras e empréstimos que tem seus valores apresentados nos registros contábeis próximos aos de mercado.

A Companhia ainda apresenta, em 31 de dezembro de 2020, valores referentes a alguns empréstimos e financiamentos, que por estarem sendo objeto de ações judiciais não podem ser comparados aos valores de mercado.

b.1) Seleção de Riscos

Os principais riscos que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros utilizados pela companhia são os indexadores de mercado (CDI).

Não faz parte da estratégia da Companhia e suas controladas, efetuarem transações envolvendo derivativos com propósitos especulativos.

NOTA 28 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

A Companhia não possui: (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de hedge e (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias, não sendo, portanto, apresentada a Demonstração do Valor Abrangente. Os valores apresentados como outros resultados abrangentes na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, são decorrentes da movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial e de reservas de reavaliações.

NOTA 29 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente.

Em função da concentração de suas atividades na área agropecuária, não há, por parte da administração da Companhia, o gerenciamento e monitoramento de segmentos independentes. Assim, a Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, a administração concluiu que tem somente um único segmento passível de reporte.



NOTA 30 – COBERTURA DE SEGUROS

No exercício de 2020, não houveram alterações significativas nas coberturas de seguros da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada, com base nas orientações de terceiros e a concentração de seus riscos.

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta de R\$ 26.615 para itens do ativo imobilizado e R\$ 722 para vida em grupo de funcionários.

NOTA 31– OUTRAS INFORMAÇÕES

A Agroeldorado Agricultura e Pecuária Ltda. vem auferindo lucro contábil nos últimos exercícios, e continua mantendo boas perspectivas de crescimento e lucratividade. Desde o exercício de 2019, quase que a totalidade das terras e propriedades rurais da Companhia, localizadas no Estado de Minas Gerais, foram arrendadas à terceiros, sendo mantidas as culturas de milho, soja e outras somente nas fazendas localizadas no Estado de São Paulo.